



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 148

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 4 DE NOVEMBRO DE 1967

PARECER

N.º 24, de 1967 (C.N.)

Da Comissão Mista, sobre o Projeto de Emenda à Constituição n.º 2, de 1967, que dá nova redação aos artigos 100 e 101 da Constituição Federal.

Relator: Senador Aarão Steinbruch.

Os artigos 100 e 101 da Constituição vigente assim dispõem:

“Art. 100. O funcionário será aposentado:

I — Por invalidez;

II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade;

III — voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço.

§ 1.º No caso do número III, o prazo é reduzido a trinta anos, para as mulheres.

§ 2.º Atendendo a natureza especial do serviço, a lei federal poderá reduzir os limites de idade e de tempo de serviço, nunca inferior a sessenta e cinco e vinte e cinco anos, respectivamente, para a aposentadoria compulsória e a facultativa, com as vantagens do item I do art. 101.

Art. 101. Os proventos da aposentadoria serão:

I — integrais, quando o funcionário:

a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino; ou trinta anos de serviço, se do feminino;

b) invalidar-se por acidente ocorrido em serviço, por moléstia profissional, ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II — proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço.

§ 1.º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 2.º Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

§ 3.º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.”

II — Pelo presente projeto, de iniciativa do Deputado Unirio Machado, esses artigos passam a ter a seguinte redação:

“Art. 100. O funcionário será aposentado:

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 6 de novembro de 1967, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Discussão e votação, em primeiro turno, das Emendas Constitucionais n.ºs:

1 — que dá nova redação e acrescenta dois parágrafos ao artigo 176 da Constituição Federal (Eleição de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores);

2 — que dá nova redação aos artigos 100 e 101, da Constituição Federal (Aposentadoria dos Funcionários Públicos aos 30 anos);

3 — que suspende a vigência do art. 28 inciso I, da Constituição, até 1.º de janeiro de 1968, e restabelece o art. 15, inciso III, § 2.º da Constituição de 1946, até 1.º de janeiro de 1968 (Distribuição aos Municípios, Distrito Federal e Estados, da arrecadação de impostos); e

4 — que dá nova redação aos artigos 75 e 77 da Constituição Federal (Eleição do Presidente da República).

SESSÃO CONJUNTA

Em 7 de novembro de 1967, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 11, de 1967 (CN), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a admissão ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais da Marinha de Guerra e revoga dispositivos da Lei n.º 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951.

I — por invalidez;

II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade;

III — voluntariamente, após trinta anos de serviço.

Parágrafo único. Atendendo a natureza especial do serviço, a lei federal poderá reduzir os limites de idade e de tempo de serviço, nunca inferiores a sessenta e cinco e vinte e cinco anos, respectivamente, para a aposentadoria compulsória e a facultativa, com as vantagens do item I do art. 101.

Art. 101. Os proventos da aposentadoria serão:

I — integrais, quando o funcionário:

a) contar trinta anos de serviço;

b) invalidar-se por acidente ocorrido em serviço, por moléstia profissional, ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II — proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta anos de serviço.

§ 1.º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para

os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 2.º Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

§ 3.º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.”

III — Como se verifica, o projeto tem por objetivo reduzir, de 35 para 30 anos de serviço, o prazo para a aposentadoria voluntária.

IV — Justificando a Emenda, diz seu eminente Autor que:

a) já havia o direito adquirido à aposentadoria voluntária aos 30 anos de serviço em mais de onze Estados da Federação;

b) a aposentadoria aos trinta anos é, também, direito consagrado ao trabalhador, sob o regime da C. L. T.;

c) os militares já gozavam de aposentadoria com vinte e cinco anos de serviço;

d) trata-se de aposentadoria voluntária, facultativa e não obrigatória, ou compulsória;

e) a vida média do trabalhador brasileiro situa-se entre 45-48 anos. Pes-

quisas estatísticas acusam 26-27 anos como média de idade de ingresso no serviço público. Com aposentadoria aos 35 anos de serviço, temos 35 mais 26 ou 27, que é igual a 61 ou 62 anos de idade. Adotada a aposentadoria aos 30 anos, teremos 30 mais 26 ou 27, que é igual a 56 ou 57 anos. Isto, sem falar nos ingressos com mais idade. Assim, os que desejassem aposentar-se poderiam usufruir um pouco da aposentadoria, enquanto os que quisessem continuar no serviço poderiam fazê-lo.

V — A Emenda foi apresentada com obediência do disposto no artigo 50, § 3.º, da Constituição, ou seja, por mais da quarta parte dos deputados, o que lhe dá plena validade.

VI — No mérito, temos que aplaudir a proposição, tão justa e oportuna se nos afigura.

Além das razões, sem dúvida convincentes, oferecidas pelo Autor do projeto, outras mais poderão ser relacionadas como argumentos positivos em seu favor, entre elas as indicadas pelo Senador Gilberto Marinho, que, propondo idêntica medida, através do Projeto de Emenda à Constituição n.º 3, de 1961, assim se manifestou:

“As condições modernas de vida, sobretudo nos grandes centros, são de tal modo complexas que, não obstante os extraordinários progressos da medicina, os homens vão tendo limitado a um prazo cada vez menor o tempo de vida realmente plena.

A agitação, o ruído e a confusão das grandes cidades desgastam os seres humanos, consumindo-lhes as energias, envelhecendo-os prematuramente, diminuindo-lhes enormemente a capacidade de trabalho.

Os problemas de horário, do transporte, do abastecimento e da habitação, entre outros, equacionam-se de tal modo, nas sociedades modernas, que os homens, para enfrentá-los e resolvê-los, dependem um esforço cotidiano excessivo e que se reflete, em preve, negativamente, em suas atividades profissionais.

O aumento, provado pelas estatísticas, das moléstias nervosas, nas cidades mais adiantadas, retrata fielmente esse estado de coisas.

Ora, é nas cidades grandes que opera o grosso do funcionalismo público, cujos componentes sufre, assim, as pressões a que aludimos, daí resultando que, ao cabo de um período razoável de atividade, começam a não corresponder de modo inteiramente satisfatório às necessidades do serviço.

Prejudica-se, dessarte, o trabalho das repartições públicas, com ônus para o erário e prejuízo pa-

ra o serviço, de tudo redundando entraves ao bom funcionamento da máquina burocrática.

E' então que se faz ressaltar a necessidade da renovação dos quadros do pessoal, com o afastamento dos que já deram de si o que podiam dar e o recrutamento de servidores capazes de cuidar com mais entusiasmo e eficiência da coisa pública.

Essas observações convencem da necessidade de reduzir, de trinta e cinco para trinta anos, o tempo de serviço público, fixado na Constituição, para efeito da aposentadoria voluntária.

Realmente, o prazo constitucional afigura-se nos longo, de maneira que, normalmente, o servidor, cumprindo-o, deixará, durante certa época de sua carreira, de produzir o máximo para o Estado.

Não podendo aposentar-se antes dos trinta e cinco anos, o funcionário nem responderá satisfatoriamente às solicitações do serviço, nem poderá dar oportunidade a quem o suceder.

Além disso, só podendo deixar a atividade após aqueles longos trinta e cinco anos de exercício, o funcionário, ao aposentar-se, pouco mais terá a fazer que recolher-se a uma vida meramente vegetativa, quando não esperar a morte, perdendo a aposentadoria, portanto, o caráter de prêmio, que lhe é intrínseco.

VII — Cumpre assinalar, ainda, que hoje, mais do que no regime da Constituição de 1946, a redução do tempo de aposentadoria voluntária, de 35 para 30 anos, se justifica plenamente, pois, além dos motivos apontados, mais dois, poderosíssimos — porque constantes, como postulados, da própria Constituição — podem ser invocados:

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

DE ALMEIDA CARREIRO

FLOREANO CUMAR

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas de D. Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

1º as mulheres já se aposentam voluntariamente aos 30 anos de serviço (art. 100, § 1º);

2º também os juizes gozam desse direito (art. 107, § 1º).

Agora isso, não será demais recordar que certos servidores, em circunstâncias especiais, têm direito de aposentar-se até com vinte e cinco anos de serviço, como alguns militares, taquígrafos, etc.

VIII — Diante do exposto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 1967. — Aarão Steinbruch, relator.

PARECER

Nº 25, de 1967 (C.N.)

Da Comissão Mista sobre o Projeto de Emenda à Constituição número 1, de 1967 (C. N.), que "Da nova redação e acrescenta dois parágrafos ao artigo 176 da Constituição Federal (Eleição de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores).

Relator: Senador Eurico Rezende.

RELATÓRIO

Com idônea sustentação numérica de congressistas, o senhor Deputado

Paulo Biar propõe emenda à Constituição.

A proposta visa a alterar o artigo 176, acrescentando-lhe ainda, dois parágrafos.

Após várias considerações, relativas ao item 1 do artigo 16 do comando constitucional e ao disposto no Ato Complementar nº 37, o ilustre parlamentar conclui que oferece nova redação ao artigo 176, "tornando-o mais claro, de tal forma que não haja dúvidas de que o respeito ao mandato dos eleitos a 15 de novembro de 1966 atinge igualmente os Vice-Prefeitos e Vereadores, "aduzindo que "desta forma acaba-se com a agitação que ora reina no seio das comunas, face às interpretações variadas do referido texto".

PARECER

1. A Constituição Federal reza no verbis:

"Art. 16. A autonomia municipal será assegurada:

I — pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

realizada simultaneamente em todo o País, dois anos antes das eleições gerais para Governador, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa".

2. Conclui-se pela simples leitura do dispositivo redigido, que a constituinte manifestou sua vontade de estabelecer a inconstitucionalidade do pleito municipal com o pleito para governador e deputados.

3. A seu turno a emenda propõe que em 15 de novembro de 1970 haja a coincidência das eleições postulações eleitas.

Constata-se, assim que a alteração sugere é de porte fundamental.

4. Quanto a um dos desígnios da emenda ser o esclarecimento de dúvidas suscitadas, pelo texto alvejado, parecemos-nos que o desate da questão poderá ser alcançado, sem necessidade de alteração constitucional, por interpretação válida, através de julgado do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral.

5. Ademais, já se formou, no País, respeitável corrente de opinião, no sentido de que ainda não se justifica qualquer iniciativa de modificação dos textos da Lei Magna.

Com pouco mais de seis meses de vigência, a Constituição de 1967 deve ser testada, em sua execução, durante mais tempo, quando, então, se poderá, com segurança, aferir da conveniência de sua revisão.

Isto posto, e dentro dessa preliminar, qual seja, da inoportunidade da vulneração, opinamos pela rejeição da Emenda constitucional nº 1, de 1967.

Sala das Comissões, em 3 de novembro de 1967. — Eurico Rezende, Relator.

RESENHA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DO SENADO FEDERAL DURANTE O MÊS DE ABRIL DE 1967

Organizada pela Sinopse da Seção do Protocolo-Geral

DIRETORIA DO EXPEDIENTE À SANÇÃO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 121, de 1966 (Senado). Número 1.773-B-62 (Câmara) — Dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. (Apresentado pelo Sr. Deputado Antônio Peixoto).

Nº 211, de 1966 (Senado). Número 1.844-B-64 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 7.714.834.294 (sete bilhões, setecentos e quatorze milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, duzentos e noventa e quatro cruzeiros), para aplicação em obras do Plano do Carvão Nacional. — (Apresentado pela Mensagem nº 40-64 — Poder Executivo).

Nº 262, de 1966 (Senado). Número 1.622-B-63 (Câmara) — Proíbe a entrada no País de máquinas e maquinismos sem os dispositivos de proteção e segurança do trabalho exigidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências. (Apresentado pelo Sr. Deputado Geremio Fontes).

Nº 284, de 1966 (Senado). Número 3.467-B-66 (Câmara) — Modifica o prazo de vigência da Lei nº 4.426, de 8 de outubro de 1964, que "dispõe sobre a venda de vinho em recipientes de volume superior ao estabelecido pela legislação em vigor e dá outras providências". (Apresentado pelo Sr. Deputado Euclides Trincas).

SENADO FEDERAL

Nº 220, de 1966 (Senado) — Número 2.403-B-64 (Câmara) — Proíbe a exibição de "traillers" de filmes impróprios para crianças, nos espetáculos para menores. (Apresentado pelo Sr. Deputado Eunício de Oliveira).

Nº 301, de 1966 (Senado). Número 2.133-B-61 (Câmara) — Dispõe sobre a ocupação de próprios da União por servidores públicos federais e dá outras providências.

Nº 10, de 1967 (Senado). Número 4.063-A-63 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas resultantes da expansão das atividades de ensino, pesquisa e difusão cultural, da Fundação de Brasília. (Apresentado pela Mensagem nº 817-66 — Poder Executivo).

Nº 11, de 1967 (Senado). Número 4.088-A-66 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 3.291.576.930 (três bilhões, duzentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e seis mil e novecentos e trinta cruzeiros), para atender às despesas decorrentes do pagamento da gratificação da função policial instituída pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965. (Apresentado pela Mensagem número 806-66 — Poder Executivo).

Nº 13, de 1967 (Senado). Número 4.063-A-66 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 144.563.279 (cento e quarenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, duzentos e setenta e nove cruzeiros), para atender a despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente de Israel e de sua comitiva. (Apresentado pela

Mensagem nº 805-66 — Poder Executivo).

Nº 14, de 1967 (Senado). Número 4.659-A-66 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 2.535.300.000 (dois bilhões, quinhentos e trinta e cinco milhões de cruzeiros), a favor da Polícia do Distrito Federal, para atender às despesas com a aquisição de veículos e material de rádio comunicações. (Apresentado pela Mensagem nº 821-65 — Poder Executivo).

Nº 15, de 1967 (Senado). Número 4.061-A-66 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 103.000.000 (cento milhões de cruzeiros), destinado à construção de uma garagem oficina para abrigo e reparo das viaturas pertencentes àquele Ministério. (Apresentado pela Mensagem nº 818-66 — Poder Executivo).

Nº 19, de 1967 (Senado). Número 4.657-A-63 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 917.702 cruzeiros (novecentos e dezessete mil, setecentos e dois cruzeiros), para pagamento de despesas de exercício encerrado. (Apresentado pela Mensagem nº 819-66 — Poder Executivo).

Nº 24, de 1967 (Senado). Número 4.077-A-67 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 102.978.032 (cento e dois milhões, novecentos e setenta e oito mil e trinta e dois cruzeiros), para atender ao pagamento do selo da contribuição do Brasil ao Programa Ampliado de Assistência

Técnica da Organização das Nações Unidas, relativa a 1965. (Apresentado pela Mensagem nº 848-66 — Poder Executivo).

Nº 25, de 1967 (Senado). Número 3.804-A-66 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 60.924.215 (sessenta milhões, novecentos e vinte e quatro mil, duzentos e quinze cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas com a participação do Brasil na IV Feira Internacional de Nova York. (Apresentado pela Mensagem nº 434-63 — Poder Executivo).

Nº 27, de 1967 (Senado). Número 620-B-63 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 36.000.000 (trinta e seis milhões de cruzeiros), destinado a pagamento de aluguel de imóvel, e dá outras providências. (Apresentado pela Mensagem nº 183-63 — Poder Executivo).

Nº 28, de 1967 (Senado). Número 4.073-A-67 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Congresso Nacional o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000 (três bilhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes de pagamento de passagens aéreas de âmbito nacional, necessárias ao deslocamento dos Congressistas, e dá outras providências. (Apresentado pela Mensagem número 862-66 — Poder Executivo).

Nº 29, de 1967 (Senado). Número 529-A-63 (Câmara) — Abre ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará o crédito especial de Cr\$ 22.970 (vinte e dois mil, novecentos e setenta cruzeiros), para ocorrer a despesas com tratamento médico e hospitalar do Juiz da 7ª Zona Eleitoral do Ceará. (Apresentado pela Mensagem número 1.525-61 — Tribunal Regional Eleitoral — Ceará).

Nº 37, de 1967. (Senado) — nº 3.553-B-66. (Câmara) — Estende à

Comarca de Guarujá, Estado de São Paulo, a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos. — (Apresentado pelo Sr. Deputado Cunha Bueno).

A PRQULGAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 25, de 1967 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a negociar, com o Governo da Alemanha Ocidental, financiamento no total de DM 882.268 (novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito marcos alemães), equivalentes a Cr\$ 540.246.850, a ser aplicado nas condições que especifica.

(Apresentado pela Mensagem nº 766-66, na Presidência e nº 430-66, no Senado).

Nº 32, de 1967 — Retifica para o valor de US\$ 2.464.000,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil dólares), o valor de US\$ 2.264.000,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil dólares), constante do artigo 2º da Resolução nº 49, de 1966, relativo a empréstimo a ser contratado pelo Governo do Estado da Guanabara.

(Apresentado pelo Of. GGG 171-67 — Do Governador do Estado da Guanabara).

Nº 33, de 1967 — Suspende, na forma do art. 64 da Constituição Federal, a execução da alínea VI, do art. 40 da Lei nº 1, de 18 de setembro de 1947, do Estado de São Paulo. (Of. 1-67-MC, de 14.2.67, do Supremo Tribunal Federal).

(Apresentado pelo Of. 1-67-MC de 14.2.67, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal).

Nº 34, de 1967 — Concede aposentadoria a Anselmo Nogueira Macielra, Assessor Legislativo PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

Nº 35, de 1967 — E' suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal na Representação número 644, a vigência do art. 192 da Constituição de Sergipe, no que se refere à isenção de imposto e taxas municipais incidentes sobre os imóveis que especifica. (Of. 10-0/MC-66, do Supremo Tribunal Federal).

(Apresentado pelo Of. 10-0-MC-66, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal).

Nº 36, de 1967 — Põe à disposição da Prefeitura Municipal do Distrito Federal o Oficial Legislativo, PL-5, Sebastião Veiga, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

Nº 37, de 1967 — Aposenta, por invalidez, o Controlador Gráfico, PL-6, Sebastião Maia de Almeida, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 53, de 1966 (Senado) — número 296-A-66. (Câmara). — Aprova o texto de Instrumento de emenda (nº 3), de 1964, da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado em Genebra, em 9 de julho de 1964. (Apresentado pela Mensagem nº 242-66 — Poder Executivo).

Nº 54, de 1966 (Senado) — Número 297-A-66. (Câmara). — Aprova o texto da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, assinada em 24 de abril de 1963. (Apresentado pela Mensagem nº 458-66 — Poder Executivo).

Nº 4, de 1967. (Senado) — nº 255-A de 1966. (Câmara). — Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Socialista da Tcheco-Eslováquia, assinado em Praga, a 27 de fevereiro de 1964.

(Apresentado pela Comissão de Relações Exteriores — CD).

Nº 8, de 1967. (Senado). Número 279-A-66. (Câmara). — Reforma a decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, proferida em Sessão de 15 de fevereiro de 1963, para efeito de tornar definitivo o registro da concessão de reforma ao soldado Walter Pereira Barbosa.

(Apresentado pela Comissão de Fiscalização Financeira-CD).

Nº 11, de 1967 (Senado) — Nº 193-A de 1966. (Câmara). — Reforma o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro à concessão de reforma ao Sargento Carlos Ricardo da Nobrega.

(Apresentado pela Mensagem nº 313, de 1967 — Poder Executivo).

APRECIADAS

MENSAGEM

Nº 454, de 1966. (Senado) — Nº 809-66 (Presidência). — Submetendo à aprovação a designação do Senhor Everaldo Dayrell de Lima, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Reino da Grécia.

Nº 489, de 1966. (Senado) — Número 863-66. (Presidência). — Submetendo à aprovação do Senado Federal a designação do Sr. Vicente Paulo Gatti, para exercer, em comissão, a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Nicarágua.

Nº 490, de 1966. (Senado) — Número 864-66. (Presidência). — Submetendo à aprovação do Senado Federal a designação do Sr. Sylvio Ribeiro de Carvalho, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Turquia.

Nº 3, de 1967. (Senado) — Número 8, de 1967. (Presidência). — Submetendo à aprovação do Senado Federal a designação do Sr. Hygas Chagas Pereira, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Finlândia.

Nº 149, de 1967. (Senado) — Número 172-67. (Presidência). — Submetendo à aprovação do Senado Federal a designação do Senhor Antônio Borges Leal Castello Branco Filho, para exercer, em caráter cumulativo com a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Reino da Bélgica, a de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Grão Ducado de Luxemburgo.

Nº 208, de 1967. (Senado) — Número 310-67. (Presidência). — Submetendo à consideração do Senado Federal, o nome do Tenente Coronel Aviador Hélio da Costa Campos para exercer o cargo de Governador do Território Federal do Roraima.

Nº 209, de 1967. (Senado) — Número 311, de 1967. (Câmara). — Submetendo à consideração do Senado Federal, o nome do General R/1 Ivanhoé Gonçalves Martins, para exercer o cargo de Governador do Território Federal do Amapá.

Nº 210, de 1967. (Senado) — Número 312-67. (Presidência). — Submetendo à consideração do Senado Federal, o nome do Tenente Coronel R/1 Flávio de Assumpção Cardoso para exercer o cargo de Governador do Território Federal de Rondônia.

Nº 211, de 1967. (Senado) — Número 317-67. (Presidência). — Submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Doutor César Reis de Cantanhede Almeida, para as funções de Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Nº 289, de 1967. (Senado) — Número 323-67. (Presidência). — Submetendo à aprovação do Senado Federal a indicação do Economista —

Francisco Lamartine Nogueira, para exercer o cargo, em comissão, de Presidente do Banco da Amazônia Sociedade Anônima.

Nº 290, de 1967. (Senado) — Número 324-67. (Presidência). — Submetendo à aprovação do Senado Federal a indicação do Doutor Hélio Buck Silva para membro da Diretoria do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Nº 292, de 1967. (Senado) — Número 329-67. (Presidência). — Submetendo à aprovação do Senado Federal a indicação do Dr. Adolpho Kreiner para membro da Diretoria do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Nº 299, de 1967. (Senado) — Número 332-67. (Presidência). — Submetendo à aprovação do Senado Federal a indicação do Economista Rubens Vaz da Costa, para o cargo de Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S. A.

Nº 302, de 1967. (Senado) — Número 338-67. (Presidência). — Submetendo à aprovação do Senado Federal a indicação do Doutor Messias Junqueira para membro da Diretoria do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Nº 305, de 1967. (Senado) — Número 351-67. (Presidência). — Submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Doutor Germano de Brito Lyra, para exercer o cargo de Membro do Conselho Monetário Nacional.

Nº 306, de 1967. (Senado) — Número 352-67. (Presidência). — Submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Doutor Hélio Marques Viana, para exercer o cargo de Membro do Conselho Monetário Nacional.

APROVADOS

REQUERIMENTO

Nº 149, de 1967. — Senador Cattete Pinheiro — Solicitando um voto de congratulação pelo transcurso do 49º aniversário da inauguração do Serviço Aéreo Postal no Brasil, a ser transmitido à Diretoria Geral dos Correios e Telégrafos e à Direção dos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Sociedade Anônima.

Nº 163, de 1967. — Senador Edmundo Levy — Solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, da Enciclica "Populorum Progressio", ultimamente divulgada por Sua Santidade o Papa Paulo VI.

Nº 167, de 1967. — Senador Dinarte Mariz — Solicitando a transcrição, nos Anais do Senado do discurso pronunciado pelo Marechal Costa e Silva, Presidente da República, no dia 16 de março do corrente ano.

Nº 196, de 1967. — Senador Vasconcelos Tôrres — Solicitando a transcrição, nos Anais do Senado do discurso pronunciado pelo Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, sobre os novos rumos da política exterior do Brasil.

Nº 241, de 1967. — Senador Gilberto Marinho — Solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, das palavras do jornalista Ary Cunha, inseridas no "Correio Brasiliense", sobre o Prof. Plínio Catanhede e sua Administração na Prefeitura do Distrito Federal.

Nº 254, de 1967 — Senador Fernando Corrêa — Solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, da exposição apresentada ao ex-Presidente da República pelo Dr. João Villasboas, Presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais sobre a recuperação financeira das mesmas Caixas, no período administrativo da União, encerrado a 31 de janeiro último.

Nº 298, de 1967. — Senador Aarão Steinbruch — Solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Prof. Haroldo Valadão em homenagem que lhe foi prestada.

REJEITADOS

PROJETO DE LEI DA CAMARA

Nº 247, de 1965. (Senado) — Número 1.009-C-63. (Câmara). — Altera a redação do art. 67 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social). (Apresentado pelo Sr. Deputado Floriceno Paixão).

Nº 155, de 1966. (Senado) — Número 3.656-B-66. (Câmara). — Concede desconto de 50% (cinquenta por cento) nas tarifas das companhias de telecomunicações e radiotelecomunicações, que operam em território brasileiro, nas transmissões esportivas realizadas por emissores de rádio e televisão no País ou no Exterior.

Nº 221, de 1966. (Senado) — Número 3.594-A-66. (Câmara). — Da redação ao § 2º do art. 6º da Lei número 4.452, de 5 de novembro de 1964 que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.

Nº 297, de 1966. (Senado) — Número 3.911-B-62. (Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas de qualquer natureza com a reestruturação do Ministério das Relações Exteriores. (Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961).

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 55, de 1965 — Senador José Feliciano — Altera o art. 22 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964 (Lei do Inquilinato).

Nº 58, de 1965 — Senador José Elias — Dispõe sobre o ensino de Puericultura, como disciplina dos Cursos das Escolas Normais.

Nº 3, de 1967. — Senador Bezerra Neto — Modifica a redação do art. 86 da lei nº 4.215, de 1963, que dispõe sobre o exercício da advocacia pelos servidores aposentados ou em disponibilidade.

ARQUIVADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 10, de 1967. (Senado) — Número 289-A-66. (Câmara). — Torna definitivo o ato do Tribunal de Contas da União de registro, sob reserva, da concessão de reforma ao soldado reservista Josias Severino de Freitas.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 8, de 1966 — Senador Edmundo Levi — Introduz alterações no Código Eleitoral.

OFICIO

S/nº, de 6.4.64 — Dos Secretários da Assembléia de São José de Porto Rico, dando conhecimento da proposição aprovada pela mesma Assembléia em 30.3.64, no sentido de apoiar a pretensão da República da Bolívia e exortar as nações da comunidade americana para que procurem por todos os meios pacíficos uma solução que permita liberar aquele país da sua condição de nação mediterrânea.

A CAMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CAMARA

Nº 50, de 1967. (Senado) — Número 48-B-67. (Câmara). — Prorroga o prazo para apresentação de declaração do imposto de renda no corrente exercício.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 28, de 1938 — Senador Gay da Fonseca — Declara de utilidade pública o ISCRE (Instituto Social Cristão de Reforma de Estrutura).

A COMISSÃO DE REDAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 2, de 1967. (Senado) — Número 294-A-66. (Câmara). — Reforma o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro à concessão de reforma ao cabo Francisco Canindé de Araújo.

Nº 15, de 1967. (Senado) — Número 180-A-64. (Câmara) — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória a registro de termo de rescisão de contrato celebrado em 25 de setembro de 1963, entre o Instituto Agronômico do Norte e Derson de Almeida.

Nº 16, de 1967. (Senado) — Número 182-A-61. (Câmara) — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória a registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Guilherme Tell Bebianno.

Nº 17, de 1967. (Senado) — Número 87-A-61. (Câmara) — Mantém a decisão do Tribunal de Contas da União que negou registro ao termo aditivo a contrato celebrado entre Anton Dakitsch e a Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, para desempenho da função de Técnico em Artes Gráficas.

Nº 18, de 1967. (Senado) — Número 302-A-67. (Câmara) — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na Sessão de 20 de dezembro de 1963, que denegou registro da despesa de Cr\$ 335.000 (trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para pagamento à Empresa de Ferragens e Motores "MOTO" Ltda., proveniente de fornecimento de material ao Ministério da Educação e Cultura.

Nº 19, de 1967. (Senado) — Número 304-A-67. (Câmara) — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na Sessão de 18 de dezembro de 1963, que denegou registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Espírito Santo.

PROJETO DE LEI DA CAMARA

Nº 40, de 1967. (Senado) — Número 42-B-63. (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de NCr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros novos), para atender às despesas com o pagamento de gratificação salarial ao pessoal da Rede Ferroviária Federal S.A. (Apresentado pela Mensagem nº 191-A-62 — Conselho de Ministros).

PROJETOS APRESENTADOS

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 9, de 1967. — Senador Júlio Leite — Declara de utilidade pública o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Nº 10, de 1967. — Senador Vasconcelos Torres — Dá ao Edifício do Ministério das Relações Exteriores, na Capital da República, a denominação de "Palácio dos Arcos".

Nº 11, de 1967. — Senador Arthur Virgílio — Dispensa das escalas de serviço os estudantes em serviço militar e os que tenham profissão militar, nos dias de prova ou de exame.

Nº 12, de 1967. — Senador Júlio Leite — Dá nova redação aos artigos 176, 180, 183 e 184, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União). (Aposentadoria do funcionário).

Nº 13, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Altera o § 1º do art. 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964 e acrescenta-lhe novo parágrafo. (Ação de Despejo).

Nº 14, de 1967. — Senador Vasconcelos Torres — Congela parte da verba "Subvenções Econômicas" do Ministério da Aeronáutica para o Orçamento de 1967 e dá outras providências.

Nº 15, de 1967. — Senador Vasconcelos Torres — Dispõe sobre as comemorações do centenário de Nilo Peçanha e dá outras providências.

Nº 16, de 1937. — Senador Vasconcelos Torres — Altera o dia comemorativo de Ação de Graças.

Nº 17, de 1937. — Senador Paulo Saraceni — Prevê o aproveitamento voluntário de candidatos habilitados em concurso público em cargos vagos de atribuições afins, para os quais não haja candidatos igualmente habilitados, e dá outras providências.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 33, de 1937. — Suspende, na forma do art. 64, da Constituição Federal, a execução da alínea VI, do art. 40 da Lei nº 1, de 18 de setembro de 1937, do Estado de São Paulo (Of. 1-67-MC, de 14.2.67, do Supremo Tribunal). (Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça com Parecer nº 162-67 — Relator: Senador Aloysio de Carvalho).

Nº 34, de 1967. — Concede aposentadoria a Anselmo Nogueira Maciel, Assessor Legislativo, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. (Autoria da Comissão Diretora).

Nº 35, de 1967. E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal na Representação nº 644, e vigência do art. 192 da Constituição de 1964, no que se refere à isenção de imposto e taxas municipais incidentes sobre os imóveis que especifica. (Of. 10) MC-66, do Supremo Tribunal Federal). (Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça com o Parecer número 179-67 — Relator: Senador Josaphat Marinho).

Nº 36, de 1967. — Põe à disposição da Prefeitura do Distrito Federal o Oficial Legislativo, PL-2, Sebastião Veiga, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. (Autoria da Comissão Diretora).

Nº 37, de 1967. — Aposenta, por invalidez, o Controlador Gráfico, PL-6, Sebastião Maia de Almeida, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. (Autoria da Comissão Diretora).

Nº 38, de 1967 — Nomeia, para cargos vagos de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitados em concurso público. (Autoria da Comissão Diretora).

Nº 39, de 1937. — Fica sem efeito a nomeação de Auxiliares Legislativos habilitados em concurso. (Autoria da Comissão Diretora).

Nº 40, de 1967. — Suspende, na forma do artigo 45, IV, da Constituição Federal, a execução dos artigos 178, 188 e 190 e seu parágrafo único, da Lei nº 672, de 9 de dezembro de 1951, do Estado da Guanabara. Of. 7-57-MC/P, do Supremo Tribunal Federal. (Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça com Parecer nº 241-67 — Relator: Senador Aloysio de Carvalho).

Nº 41, de 1937. — Acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Senado Federal. (Autoria do Senador José Ermirio).

Nº 42, de 1967. — Acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Senado Federal. (Autoria do Senador José Ermirio).

Nº 43, de 1967. — Altera o Regimento Interno do Senado Federal. (Autoria do Senador José Ermirio e outros Srs. Senadores).

PROJETOS RECEBIDOS

PROJETO DE LEI DA CAMARA

Nº 31, de 1967. (Senado) — Número 3.585-B-66. (Câmara) — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para a entrada, no território nacional, de um automóvel doado ao Padre Carlos Martins Rodrigues, da Arquidiocese de Belém, Estado do Pará. (Apresentado pelo Senador Deputado Gabriel Hermes).

Nº 32, de 1967. (Senado) — Número 1.879-B-64. (Câmara) — Au-

toriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 910.355,66 (novecentos e dez mil, trezentos e cinquenta e cinco cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), destinado a atender às despesas decorrentes da aplicação da Lei nº 4.442, de 17 de julho de 1963, ao pessoal da Prefeitura do Distrito Federal. (Apresentado pela Mensagem nº 43-64 — Poder Executivo).

Nº 33, de 1967. (Senado) — Número 1.555-B-64. (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), para atender às despesas com a assistência às regiões dos Estados do Pará e Piauí, atingidas pelas enchentes. (Apresentado pela Mensagem número 68-64 — Poder Executivo).

Nº 34, de 1967. (Senado) — Número 2.812-A-65. (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de NCr\$ 1.200,00 (um mil e duzentos cruzeiros novos), para atender ao pagamento de diárias a Juizes e funcionários daquele Tribunal.

Nº 35, de 1967. (Senado) — Número 2.506-A-65. (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral total da Bahia — o crédito especial de NCr\$ 225,44 (duzentos e vinte e cinco cruzeiros novos e quarenta e quatro centavos), para os fins que especifica.

Nº 36, de 1967. (Senado) — Nº 3.537-B-63. (Câmara) — Altera a redação do parágrafo único do artigo 6º da Lei número 1.283, de 18 de dezembro de 1930, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

(Apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Wernock).

Nº 37, de 1967. (Senado) — Nº 3.553-B-66. (Câmara) — Estende a Comarca de Guarujá, Estado de São Paulo, a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos.

(Apresentado pelo Senhor Deputado Cunha Bueno).

Nº 38, de 1967. (Senado) — Nº 1.253-C-59. (Câmara) — Concede isenção de impostos e taxas federais ao Museu de Arte do Rio de Janeiro, com sede no Estado da Guanabara, ao Museu de Arte e ao Museu de Arte Moderna, com sede em São Paulo, e dá outras providências.

(Apresentado pelo Senhor Deputado Cunha Bueno).

Nº 39, de 1967. (Senado) — Nº 3.102-B-61. (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 1.980,00 (um mil, novecentos e oitenta cruzeiros novos), para correr a despesa realizada em 1959 com a execução de obras de construção no Instituto de Biologia Animal, no Km 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo.

(Apresentado pela Mensagem número 257-61 — Poder Executivo).

Nº 40, de 1967. (Senado) — Nº 42-B-63. (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), para atender às despesas com o pagamento de gratificação salarial ao pessoal da Rede Ferroviária Federal S.A.

(Apresentado pela Mensagem número 181-A-32 — Conselho de Ministros).

Nº 41, de 1967. (Senado) — Nº 1.480-A-63. (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial de NCr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos), destinado a atender às despesas de instalação da sua nova sede

e de 6 (seis) Juntas de Conciliação e Julgamento, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 42, de 1967. (Senado) — Nº 3.557-L-33. (Câmara) — Eleita a jurisdição de Juntas de Conciliação e Julgamento da 1ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e da outras providências.

Nº 43, de 1967. (Senado) — Nº 3.632-B-35. (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Filantrópica de Assistência de Limoeiro o imóvel situado na Rua de Santa Cruz número 215, em Limoeiro, Estado de Pernambuco.

(Apresentado pelo Senhor Deputado Heráclito do Rêgo).

Nº 44, de 1967. (Senado) — Nº 3.051-E-35. (Câmara) — Dispõe sobre a concessão de empréstimos e financiamentos pelo Banco do Nordeste do Brasil e dá outras providências.

(Apresentado pelo Senhor Deputado Edilson Távora).

Nº 45, de 1967. (Senado) — Nº 1.533-B-33. (Câmara) — Autoriza a locação de prédio do patrimônio da União a Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba.

(Apresentado pelo Senhor Deputado Janguay Carneiro).

Nº 46, de 1967. (Senado) — Nº 1.075-E-63. (Câmara) — Concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União.

(Apresentado pelo Senhor Deputado Valério Magalhães).

Nº 47, de 1967. (Senado) — Nº 1.639-B-64. (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de NCr\$ 291.030,00 (trezentos e noventa e um mil cruzeiros novos), para atender ao pagamento de despesas inadimplíveis da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

(Apresentado pela Mensagem número 432-63 — Poder Executivo).

Nº 48, de 1967. (Senado) — Nº 2.929-B-65. (Câmara) — Modifica o § 2º do artigo 7º da Lei número 3.476 de 5 de outubro de 1957, que dispõe sobre créditos orçamentários destinados à compra de commodities a granel e dá outras providências.

(Apresentado pelo Senhor Deputado Humberto Lucena).

Nº 49, de 1967. (Senado) — Número 1-B-67. (Câmara) — Autoriza a abertura de créditos especiais num montante de NCr\$ 25.785.131,01 (vinte e cinco milhões setecentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e um cruzeiros novos e um centavo) à Prefeitura da República e diversos Municípios. (Apresentado pela Mensagem nº 101-67 — Poder Executivo).

Nº 50, de 1967. (Senado) — Número 48-B-67. (Câmara) — Prorroga o prazo para apresentação de declaração do Imposto de renda no corrente exercício.

Nº 51, de 1967. (Senado) — Número 2-B-67. (Câmara) — Concede isenção de tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), à Companhia Ferro e Aço de Vitória, à Siderúrgica de Santa Catarina S.A. (SIDESCO) e à Aço de Minas Gerais S.A. (ACOMINAS). (Apresentado pela Mensagem número 164-67 — Poder Executivo).

Nº 52, de 1967. (Senado) — Número 4-B-67. (Câmara) — Concede isenção de impostos para equipamento telefônico destinado à Companhia Telefônica "Melhoramento e Resistência", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. (Apresentado pela Mensagem nº 162-67 — Poder Executivo).

Nº 53, de 1967. (Senado) — Número 5-B-67. (Câmara) — Retifica a Lei nº 5.087, de 30 de agosto de 1966, que isenta do imposto de importação

maquinaria destinada à confecção de cingalagem metálica. (Apresentado pela Mensagem nº 166-67 — Poder Executivo).

Nº 54, de 1967 (Senado). Número 6-B-37 (Câmara). — Autoriza a constituição de créditos especiais, num montante de R\$ 27.413,33 (vinte e sete mil, quatrocentos e treze cruzeiros novos e cinqüenta e seis centavos), destinados a atender ao pagamento de aluguel de prédios locados às Exaltadas Federais no Estado de São Paulo e à Superintendência do Serviço de Repressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul. (Apresentado pela Mensagem nº 165-67 — Poder Executivo).

Nº 55, de 1967 (Senado). Número 33-B-67 (Câmara). — Dispõe sobre a contratação de pessoal técnico especializado de nível médio e superior pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências. (Apresentado pela Mensagem número 234-67 — Poder Executivo).

Nº 56 de 1967 (Senado). — Nº 12-B de 1967. (Câmara). — Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.

(Apresentado pela Mensagem número 185-67 — Poder Executivo).

Nº 57, de 1967. (Senado). — Nº 31-B de 1967. (Câmara). — Dispõe sobre o Conselho de Justificação, estabelece normas para o seu funcionamento e dá outras providências.

(Apresentado pela Mensagem número 292-67 — Poder Executivo).

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO

Nº 12, de 1967. (Senado). — Nº 2-A de 1967. (Câmara). — Concede autorização ao Presidente da República para ausentar-se do País.

(Apresentado pela Mensagem número 313-67. — Poder Executivo).

Nº 13 de 1967. (Senado). — Número 303-A-67. (Câmara). — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Montreal Organization Industrial e Econômica S. A.

Nº 14, de 1967. (Senado). — Número 301-A-66. (Câmara). — Reitera decisão do Tribunal de Contas da União proferida em Sessão de 11 de junho de 1965, denegatória de registro ao termo, de 8 de abril de 1963, de rescisão do contrato celebrado em 29 de fevereiro de 1964 entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a firma "Construtora Tocantins".

Nº 15, de 1967. (Senado). — Número 180-A-64. (Câmara). — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória a registro de termo de rescisão de contrato celebrado, em 25 de setembro de 1950, entre o Instituto Agronômico do Norte e Derson de Almeida.

Nº 16, de 1967. (Senado). — Número 182-A-63. (Câmara). — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Guilherme Tell Bebian.

Nº 17, de 1967. (Senado). — Número 97-A-61. (Câmara). — Mantém a decisão do Tribunal de Contas da União que negou registro ao termo aditivo a contrato celebrado entre Anton Dakisch e a Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura para desempenho da função de Técnico em Artes Gráficas.

Nº 18, de 1967. (Senado). — Número 302-A-67. (Câmara). — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na Sessão de 20 de dezembro de 1963, que denegou registro da despesa de Cr\$ 335.000

(trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para pagamento à Empresa de Fertilizantes e Motores "Moto" Ltda., proveniente de fornecimento de material ao Ministério da Educação e Cultura.

Nº 18, de 1967. (Senado). — Número 331-A-67. (Câmara). — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na Sessão de 18 de dezembro de 1963, que denegou registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Espírito Santo.

Nº 20, de 1967. (Senado). — Número 305-A-67. (Câmara). — Aprova a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução nº 2.106 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965.

(Apresentado pela Mensagem número 748-67 — Poder Executivo).

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

Nº 168, de 1967 — Senador José Estímio — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, sobre o número de funcionários do I.A.A., discriminando Estados e Departamentos.

Nº 169, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre providências adotadas em relação à raça bovina na Zona da Mata, em Minas Gerais e Norte do Estado do Rio de Janeiro.

Nº 170, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura sobre transferência da Superintendência do Ensino Agrícola para o Ministério da Educação e Cultura.

Nº 171, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, sobre irregularidades no andamento de processos referentes à aquisição de casa própria.

Nº 172, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Comissão do Plano Nacional do Carvão — sobre maior aproveitamento do carvão mineral para integral utilização de seus subprodutos.

Nº 173, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, — I.N.P.S. — sobre permanência dos representantes do Instituto no município de Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 174, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre os prejuízos advindos com a suspensão da cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre mercadorias.

Nº 175 de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio — EMBRATUR — Empresa Brasileira de Turismo — sobre desenvolvimento turístico brasileiro, particularmente no Estado do Rio.

Nº 176, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — ELETROBRAS — sobre melhoramento, na rede elétrica de Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 177, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo — através do Ministério dos Transportes —

DNOS — sobre obras no Cais de Guarús, Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 178, de 1967 — Senador Antônio Carlos — Solicitando informações ao Poder Executivo — através do Ministério da Agricultura sobre a situação que ficarão os funcionários do extinto Instituto Nacional do Alamo.

Nº 179, de 1967 — Senador José Estímio — Solicitando informações ao Poder Executivo — através do Ministério da Fazenda, sobre a notícia divulgada pelo Jornal do Brasil, em sua edição de 2-4-67, segundo a qual o Brasil contraiu no Exterior empréstimo no valor de 1 bilhão de dólares.

Nº 180, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo — através do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, sobre financiamento de uma usina da pasteurização de leite para atendimento da população do Estado do Rio de Janeiro.

Nº 181, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo — através do Ministério da Educação e Cultura, sobre distribuição de bolsas de estudo para o Curso Superior.

Nº 182, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo — através do Instituto Brasileiro do Café, sobre exportação de café para o Japão, no ano de 1966.

Nº 183, de 1967 — Senador Duarte Filho — Solicitando informações ao Poder Executivo — através do Ministério do Interior — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — sobre a projetada construção do arado de Santa Cruz, na zona oeste do Rio Grande do Norte.

Nº 184 de 1967 — SENADOR VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério das Minas e Energia, sobre montante de minérios exportados pela Indústria e Comércio de Minérios — ICOMI — Território de Amapá.

Nº 185, de 1967 — SENADOR VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde — DNERU — Sobre surto de peste bubônica em Cabo Frio, Campos, Teresopolis, Petrópolis e Nova Friburgo, Estado do Rio.

Nº 186, de 1967 — Senador VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — Sobre dilação do rio Guapimirim e seu afluente rio Bananal, no município de Magé, Estado do Rio.

Nº 187, de 1967 — Senador VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através da Casa Civil da Presidência da República, sobre a transmissão do noticiário radiofônico A VOZ DO BRASIL.

Nº 189, de 1967 — Senador VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através da Comissão de Energia Nuclear, sobre estudos realizados para aproveitamento de energia nuclear.

Nº 190, de 1967 — Senador VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre instalação de Delegacia Regional do MEC no Estado do Rio.

Nº 191, de 1967 — Senador VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro sobre paralisação nas obras de seu edifício-sede, no Estado da Guanabara.

Nº 192, de 1967 — Senador VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — PETROBRAS — Sobre descoberta de poços de petróleo no ano de 1966.

Nº 193, de 1967 — Senador VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério das Minas e Energia — ELETROBRAS — sobre a situação da Rio-Light pelo fornecimento irregular de energia elétrica aos banhos de Guanabara, Itatiaia e Vila São Luiz, em Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 194, de 1967 — Senador VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério dos Transportes — Rede Ferroviária Federal — sobre aquisição de locomotivas diesel para o transporte de minérios para Estação de Ferro Central do Brasil.

Nº 195, de 1967 — Senador VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Comissão de Marinha Mercante — Sobre pagamento de adicional de insalubridade aos trabalhadores do estaleiro "Rodrigues Alves" da Superintendência dos Transportes da Baía de Guanabara.

Nº 196 de 1967 — Senador PESOIA DE QUEIROZ — Solicitando informações ao Ministério das Minas e Energia sobre o valor da energia elétrica de Bonancinas, recentemente adquirida pela Cia. Hidro Elétrica do São Francisco e quanto, realmente, foi pago à Cia. de Energia Elétrica da Bahia, pela transação.

Nº 200, de 1967 — SENADOR EDMUNDO LEVY — Solicitando informações ao Ministério das Minas e Energia sobre a proposta existente de grande jazida de carvão, na região do Alto Solimões.

Nº 201, de 1967 — SENADOR ARTHUR VIRGILIO — Solicitando informações ao Ministério da Educação e Cultura — se o cidadão José Augusto Reis é funcionário da Agência Nacional, quanto percebe mensalmente e se inscreveu no quadro do pessoal mediante prestação de concurso.

Nº 202, de 1967 — SENADOR ARTHUR VIRGILIO — Solicitando informações ao Ministério da Saúde — que José Augusto Reis exerce na SUDAM e quanto percebe mensalmente.

Nº 205, de 1967 — SENADOR ANDRÉ MACIEL — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, sobre a política que a ELETROBRAS vai adotar na pesquisa e exploração do Sal-gema e Clorureto de potássio, encontrados em Carmópolis, Sergipe.

Nº 206, de 1967 — SENADOR VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, informações sobre surto de hidrofobia nos vacunos bovinos dos Municípios de São Félix, Porciúncula, e Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 207, de 1967 — SENADOR VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre instalação de um posto para venda de material escolar em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 208, de 1967 — SENADOR VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre preço básico para determinação do valor tributável dos automóveis importados.

Nº 209, de 1967 — SENADOR VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através da CACEX, sobre aumento do comércio entre o Brasil e a Rússia.

Nº 210, de 1967 — SENADOR VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através da CACEX, sobre exportação brasileira de algodão em rama.

Nº 211, de 1967 — SENADOR VASCONCELOS TORRES — Solicitando informações ao Poder Executivo, através

ves do Ministério das Minas e Energia — **ELETROBRAS** — sobre irregularidades do atual sistema energético de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 212, de 1967 — **SENADOR VASCONCELOS TORRES** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, sobre instalação do Plano Piloto de Assistência Médica Rural, em Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 213, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — **INPS** — sobre receita e despesa com os segurados e seus dependentes, no ano de 1963.

Nº 214, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — **Réde Ferroviária Federal S. A.** — sobre a doação do prédio da antiga estação da E. F. Leopoldina para instalação das dependências da Estação Rodoviária e Prefeitura Municipal de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 215, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Departamento de Administração do Pessoal Civil — **DAPC** — sobre processos de readaptações dos excedentes ferroviários da antiga RMV, transferidos para o DCT — **Diretoria Regional de Uberaba, MG** — lotados nas Agências de Ibiá e Araxá, Estado de Minas.

Nº 216, de 1967 — **Senador José Euríbio** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, sobre a existência de aviões americanos, em serviço, na Base Militar da 6ª Zona Aérea.

Nº 217, de 1967 — **Senador José Euríbio** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, sobre o número de passagens que viajam, anualmente, para o Exterior.

Nº 218, de 1967, — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — **CIBRAZEM** — sobre instalações de frigoríficos no Estado do Rio de Janeiro.

Nº 219, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — **Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas do Brasil** — sobre atividades realizadas nos anos de 1964 a 1966.

Nº 220, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — **Comissão de Amparo da Produção Agro-Pecuária** — Comissão de Amparo da Produção Agro-Pecuária — sobre atividades no Estado do Rio de Janeiro, em 1965 e 1966.

Nº 221, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — **Campanha Nacional de Material de Ensino** — sobre providências adotadas visando o barateamento de material de ensino.

Nº 222, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — **Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro** — sobre atividades e realizações levadas a efeito em 1965 e 1966.

Nº 223, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio — **Centro de Estudos Econômicos** — sobre pesquisas e estudos realizados em 1966.

Nº 224, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio

— **Companhia Nacional de Alcaali** — sobre seus produtos nos anos de 1964 a 1966.

Nº 225, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — **Ficta Nacional de Petróleos** — sobre operações e transações realizadas em 1963.

Nº 226, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — **Laboratório de Produção Mineral** — sobre as atividades das Seções de Mineralógica, Analítica, Cronométrica, Combustíveis, Hidrologia, Beneficiamento e Microquímica.

Nº 227, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde — **DNERU** — sobre ocorrências de casos de malária, esquistossomose e febre amarela, nos anos de 1965 e 1966, no Estado do Rio de Janeiro.

Nº 228, de 1967 — **Senador José Leite** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, sobre o texto do Convênio assinado entre o Brasil e o **BIRD** — Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento.

Nº 229, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — **Departamento de Pesquisas e Experimentação Agro-Pecuárias** — sobre pesquisas efetuadas em 1965 e 1966.

Nº 230, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — **Departamento Nacional de Produção Animal** — sobre caça e pesca, em 1965 e 1966, no Estado do Rio de Janeiro.

Nº 231, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — **Diretoria do Ensino Industrial** — sobre desenvolvimento do ensino industrial no Estado do Rio de Janeiro.

Nº 232, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Planejamento — **SUNAB** — sobre importação de feijão mexicano.

Nº 233, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — **Conselho Nacional de Desportos** — sobre providências relativas ao desenvolvimento do desporto no Estado do Rio de Janeiro.

Nº 234, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — **Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais** — sobre pesquisas realizadas nos anos de 1964 a 1966.

Nº 235, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio — **Companhia Nacional de Seguro Agrícola** — sobre operações e número de segurados existentes.

Nº 240, de 1967 — **Senador Antônio Balbino** — Solicitando informações ao Ministério da Fazenda sobre o montante da cota de trigo que será distribuída, em 1967, a cada Estado.

Nº 242, de 1967 — **Senador João Cleofas** — Solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, informações sobre as razões governamentais que determinaram a

extinção sumária da Companhia Nacional de Seguro Agrícola — **CNSA**.
Nº 243, de 1967 — **Senador José Euríbio** — Solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, informações sobre a produção anual de caminhões **PAM** e qual a sua distribuição mensal.

Nº 244, de 1967 — **Senador Raul Giuberti** — Solicitando informações ao Ministério da Indústria e Comércio — **I.B.C.** — se foram suspensos os pagamentos de cotas de café aos produtores do Espírito Santo e cafeicultores do Espírito Santo para erradicação do café.

Nº 245, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando ao Poder Executivo, através do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, informações sobre os estudos para a melhoria das condições de trabalho e de carreira dos funcionários.

Nº 246, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — **Departamento Nacional de Produção Vegetal** — sobre atividades no Estado do Rio de Janeiro, em 1965 e 1966.

Nº 247, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — **Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** — sobre realizações levadas a efeito, nos anos de 1964 a 1966, no município de Parati, Estado do Rio.

Nº 248, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio — **Fábrica Nacional de Motores** — sobre produção e balanços apresentados em 1965 e 1966.

Nº 249, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — **IPASE** — sobre providências relacionadas com demissão de funcionários do IPASE, em Campos, Estado do Rio.

Nº 250, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, sobre a situação dos trabalhadores do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, setor de dragagem.

Nº 252, de 1967 — **Senador Raul Giuberti** — Solicitando informações ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café — **I.B.C.** — se realmente esse órgão está indenizando as instalações feitas por cafeicultores do Espírito Santo, para produção de cafés finos, que não mais são necessárias, em consequência da erradicação dos cafezais.

Nº 255, de 1967 — **Senador Arthur Virgílio** — Solicitando informações ao Ministério das Comunicações, sobre as medidas determinadas a fim de que o jornal "Correio da Manhã" tenha restabelecidas suas comunicações entre Brasília e o Estado da Guanabara, pelo serviço de **TELEX**.

Nº 258, de 1967 — **Senador José Euríbio** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, relativa ao Acórdão sobre Imposto de Renda celebrado entre os Estados Unidos da América e o Brasil, anunciado pelo Departamento de Estado Americano.

Nº 259, de 1967 — **Senador Júlio Leite** — Solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior, informações sobre as obras de eletrificação no Estado de Sergipe, a cargo da Comissão do Vale do São Francisco.

Nº 261, de 1967 — **Senador Leandro Maciel** — Solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, informações sobre a produção de soda cáustica pela Companhia Nacional de Alcaali.

Nº 262, de 1967 — **Senador Aarão Steinbruch** — Solicitando informa-

ções ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a razão dos Redatores do Serviço Público Federal não estarem percebendo pelos novos níveis (20, 21 e 22), conforme decisão publicada no *Diário Oficial* de 10 de março do corrente ano.

Nº 263, de 1967 — **Senador Raul Giuberti** — Solicitando informações ao Ministério do Interior — **Departamento Nacional de Obras e Sanearamento** sobre os motivos pelos quais estão sendo suspensos os trabalhos de saneamento, drenagem e drenagem no Estado do Espírito Santo, principalmente, nas regiões dos rios Jucu, Beacvente e Muqui.

Nº 265, de 1967 — **Senador Raul Giuberti** — Solicitando ao Banco Nacional de Habitação, informações se foram suspensos os financiamentos para construção de casas populares no Espírito Santo.

Nº 266, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre custo de produção, necessidades e fiscalização do comércio de rações.

Nº 267, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — **Instituto de Biologia Vegetal** — sobre estudos realizados em 1966.

Nº 268, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — **Instituto de Química Agrícola** — sobre suas atividades em 1965 e 1966.

Nº 269, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre nomeações de Agentes Fiscais do Imposto Aquaneiro, aprovados por concurso, realizado em 1961, pelo ex-DASP.

Nº 270, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, sobre aquisição de novos aceleradores atômicos.

Nº 271, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Marinha — **Capitania dos Portos do Estado da Guanabara** e do Estado do Rio — sobre grave acidente ocorrido no porto de Arraial do Cabo, Estado do Rio, pela deficiência dos guindastes de bordo do navio mercante "Maracanã", em princípios do mês de abril de 1967.

Nº 272, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — **Réde Ferroviária Federal S. A.** — sobre doação do prédio da estação ferroviária da Leopoldina para instalação da Rodoviária de Petrópolis, Estado do Rio.

Nº 277, de 1967 — **Senador Raul Giuberti** — Solicitando informações ao Ministério das Minas e Energia — **ELETOBRAS** — sobre o ritmo dos trabalhos para instalação de novas fontes de energia e a ampliação da rede elétrica, principalmente para o meio rural.

Nº 278, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, sobre financiamentos para os setores de energia elétrica, pesquisa e indústria.

Nº 279, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Banco Nacional de Habitação, sobre construção de casas populares, pela **COHAB-RJ**, em Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 280, de 1967 — **Senador Vasconcelos Torres** — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre a criação da Universidade Norte Fluminense, com sede em Campos, Estado do Rio.

Nº 281, de 1967 — Senador Vasconcelos Tôrres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, sobre a Fábrica Nacional de Motores.

Nº 282, de 1967 — Senador Vasconcelos Tôrres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior, sobre convenio assinado com o Estado do Rio, visando à recuperação de estradas estaduais e municipais fluminenses, atingidas pelas últimas enchentes.

Nº 283, de 1967 — Senador Vasconcelos Tôrres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, sobre processo de encampação da Empresa Força e Luz de Mangaratiba, Estado do Rio.

Nº 284, de 1967 — Senador Vasconcelos Tôrres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Planejamento, sobre compra de avião a jato para o IBRA e seu uso pessoal pelo ex-Ministro do Planejamento, Sr. Roberto Campos.

Nº 285, de 1967 — Senador Vasconcelos Tôrres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre a situação dos correspondentes da Previdência Social.

Nº 286, de 1967 — Senador Vasconcelos Tôrres — Solicitando informa-

ções ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOR — sobre construção da Rodovia Friburgo-Casimiro de Abreu, Estado do Rio.

Nº 287, de 1967 — Senador Vasconcelos Tôrres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOR — sobre dragagem do Rio dos Macacos, no município de Carmo no trajeto da Estrada Friburgo - Duas Barras, em construção, Estado do Rio.

Nº 288, de 1967 — Senador Vasconcelos Tôrres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOR — sobre dragagem do Rio dos Macacos, no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 294, de 1967 — Senador Edmundo Levy — Solicitando ao Ministério do Interior, informações se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), como órgão regional específico da Amazônia, controlador e planejador da ação federal na Região, já tomou conhecimento da grande alagação que está avassalando ampla extensão do Vale Amazônico.

Nº 296, de 1967 — Senador Raul Giuberti — Solicitando informações ao Ministério da Indústria e Comércio — Instituto Brasileiro do Café — sobre as providências tomadas no senti-

do da comercialização de cafés tipos baixos, principalmente tipos 7 e 8.

Nº 297, de 1967 — Senador José Ermirio — Solicitando informações ao Poder Executivo, através dos Ministérios de Educação e Cultura e das Minas e Energia, sobre a situação atual do Pico do Itabirito, com relação ao seu desmontamento pelo Governo passado.

Nº 299, de 1967 — Senador Cattete Pinheiro — Solicitando informações ao Ministério da Agricultura, sobre os trabalhos efetuados no Estado do Para, pela Equipe Regional Contra a Aftosa, da Campanha Nacional Contra a Aftosa.

Nº 303, de 1967 — Senador Raul Giuberti — Solicitando informações ao Ministério dos Transportes — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — sobre as Estradas no Espírito Santo que estão incluídas no Plano de Prioridade.

Nº 304, de 1967 — Senador José Ermirio — Solicitando informações ao Ministério das Minas e Energia — Comissão de Energia Nuclear — sobre a porcentagem de tório existente no pirocloro exportado de Araxá.

Nº 305, de 1967 — Senador Paulo Tôrres — Solicitando informações ao Ministério das Comunicações — DCT — sobre a construção de prédio para funcionamento da agência, postal-telegráfica de Governador Portela, Mu-

nicipio de Miguel Pereira, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 309, de 1967 — Senador Raul Giuberti — Solicitando ao Ministério do Interior — Cia. Vale do Rio Doce — informações sobre o plano de desenvolvimento do Vale do Rio Doce independente da meta da Companhia.

Nº 310, de 1967 — Senador José Ermirio — Solicitando ao Poder Executivo informações sobre empréstimos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Nº 312, de 1967 — Senador João Abrahão — Solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, informações sobre o "quantum" do meio circulante.

Nº 313, de 1967 — Senador Cattete Pinheiro — Solicitando ao Instituto Nacional de Previdência Social (I.N.P.S.), através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, informações sobre os planos estabelecidos para levar a atuação benéfica da Previdência Social aos seus contribuintes do interior do País.

Brasília, 4 de outubro de 1967 — Feito por: *Aureliano Pinto de Menezes*, Auxiliar Legislativo, PL-10. — Conferido por: *Elza Loureiro Gótti*, Chefe da Seção do Protocolo. — Visito: *Nair Cardoso*, Diretora do Expediente.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Ma-
 rinho — (ARENA — GB)
 3º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 4º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Gluberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

DO MDB

Líder — Flinto Müller — (MT)

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Adalberto Senna — (ACRE)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilça — (RN)

Lino de Matos — (SP)

Vasconcellos Tórrès — (RJ)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna
 Pedro Ludovico

José Ermírio
 Márcio Martins
 Secretário: J. Ney Pessoa Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Milton Campos
 Antonio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrólio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

Vasconcelos Tórrès
 Daniel Krieger
 Benedito Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-3.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petrólio Portela
 Eurico Rezende
 Atílio Fontana

Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Arnon de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandro Mello.
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Adalberto Senna
 Lino de Matos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(6 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Julio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Flinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Matos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Clá Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sa
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedito Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrólio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Matos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

João Cleophas
 Mem de Sa
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilça
 Clodomir Millet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

Antônio Carlos
 José Guilomard
 Daniel Krieger
 Petrólio Portela
 Atílio Fontana
 Julio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Matos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Ney Braga
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnon de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermírio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg PL-3.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.